

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
22ª Sessão Ordinária de 2015

Dia: 24/11/2015

Hora: 10:00 horas

Local: Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público – Setor de Administração Federal Sul
Quadra 2, Lote 3 – Brasília-DF

PAUTA DESTA SESSÃO

PARTE I – PROCESSOS FÍSICOS

Processo com pedido de vista regimental cancelado em razão de fim de mandato

- 1) Pedido de Providências n.º 0.00.000.000040/2011-12
Requerente: Fernando Zardini Antonio
Assunto: Requer providências acerca da aplicação e extensão do teor do artigo 15, parágrafo único, da Resolução nº 13, de 02 de outubro de 2006, no âmbito do Ministério Público.
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha (Relator anterior: Cons. Luiz Moreira Gomes Júnior)
Origem: Espírito Santo

Processos com Pedidos de Vista

Pedido de Vista em 28/01/2015

- 2) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.001449/2013-18 (Embargos de Declaração)
Embargante: Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado do Amazonas
Assunto: Embargos de Declaração opostos contra decisão que determinou o arquivamento de Procedimento de Controle Administrativo, no qual era requerida a suspensão dos efeitos do Ato PGJ nº 148/2013, do Procurador-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, bem como a revisão do mencionado ato, para garantir que a concessão do direito à dispensa do serviço aos servidores que prestaram serviço à Justiça Eleitoral não incida em dias nos quais os servidores já tem direito a folga.
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha (Relator Anterior: Cons. Luiz Moreira Gomes Júnior)
Origem: Amazonas
Vista: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho

Pedidos de Vista em 24/02/2015

- 3) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.001352/2012-24
Requerente: Ailton José da Silva – Presidente da ANMPM; Alexandre Camanho de Assis – Presidente da ANPR; Antônio Marcos Dezan – Presidente da AMPDFT; Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – AMPDFT; Associação Nacional do Ministério Público Militar – ANMPM; Associação Nacional dos Procuradores da República – ANPR; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT; Carlos Eduardo de Azevedo Lima - Presidente da ANPT; José Robalinho Cavalcanti – Vice-Presidente da ANPR
Requerido: Ministério Público da União
Assunto: Requer a determinação por este Conselho, no âmbito do Ministério Público da União, da revisão das Portarias PGR 537/2003, 645/2003 e 525/2006, que disciplinam o tema, para possibilitar o pagamento em pecúnia da licença-prêmio que o membro faz jus e não pretende fruir, antes da ocorrência da aposentadoria ou causa extintiva do vínculo funcional.
Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho (Relator anterior: Cons. Fabiano Silveira)
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego
- 4) Proposição n.º 0.00.000.001501/2013-36
Proponente: Conselheiro Rodrigo Janot Monteiro de Barros – Presidente do CNMP
Assunto: Proposta de Resolução que institui a Política de Segurança Institucional e o Sistema Nacional de Segurança Institucional do Ministério Público.
Relator: Cons. Otavio Brito Lopes (Relator Anterior: Cons. Jeferson Luiz Pereira Coelho)
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega

Pedidos de Vista em 14/04/2015

- 5) Proposição n.º 0.00.000.000394/2011-67
Proponente: Conselheiro Almino Afonso
Assunto: Proposta de Resolução, com vistas a estabelecer instruções para o cumprimento da Lei Federal n.º 11.767, de 2008, sobre os pedidos do Ministério Público em relação à busca e apreensão em escritórios de advocacia e local de trabalho do advogado.
Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
- 6) Proposição n.º 0.00.000.001095/2013-10
Proponente: Conselheiro Fabiano Augusto Martins Silveira
Assunto: Proposta de Resolução que altera a Resolução CNMP n.º 36/2009, para tornar obrigatória a realização de inspeções ordinárias por parte das Corregedorias de todas as unidades do Ministério Público, nos órgãos e serviços que operam, auxiliam ou supervisionam a operação de sistemas de monitoramento de intercepções telefônicas, e dá outras providências.
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Antônio Pereira Duarte

- 7) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.000470/2014-87 (Embargos de Declaração)
Embargante: Dirceu Dresch
Assunto: Embargos de Declaração opostos contra decisão plenária que acolheu a preliminar de incompetência do CNMP, determinando o arquivamento de Procedimento de Controle Administrativo, que visa apurar irregularidades apontadas pelo Tribunal de Contas em auditoria realizada no Ministério Público de Contas do Estado de Santa Catarina, envolvendo a legalidade dos atos de pessoal concernentes ao preenchimento de cargos efetivos e comissionados, teto remuneratório, vantagens remuneratórias, cessão de servidores, acumulação de cargos, controle de frequência e controle interno.
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior
Origem: Santa Catarina
Vista: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego
- 8) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.001552/2014-49
Requerentes: Alberto Loreno Fracasso; Everaldo Mazieira; Marcio Junji Hayashida; Rogério Dobrzanski; Thiago Stanley Gurski
Requerido: Ministério Público Federal no Estado do Paraná
Assunto: Visa apurar a regularidade de ato administrativo da Procuradoria da República no Município de Pato Branco/PR, que impõe aos servidores o desempenho de plantão criminal à margem de qualquer regulamentação ou contrapartida mediante banco de horas.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: Paraná
Vista: Presidente

Pedidos de Vista em 28/07/2015 – 13ª Sessão Ordinária

- 9) Proposição n.º 0.00.000.000660/2014-02
Proponente: Presidência do CNMP
Assunto: Proposta de Resolução que disciplina a expedição de recomendações pelo Ministério Público brasileiro.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Walter de Agra Júnior
- 10) Pedido de Providências n.º 0.00.000.001432/2014-41
Requerente: Maxwell Pariz Xavier
Advogado: Diógenes Lemos Calheiros – OAB/CE n.º 24.015
Requeridos: Ministério Público do Trabalho
Ministério Público Federal
Assunto: Requer providências, junto ao Ministério Público Federal e ao Ministério Público do Trabalho, para que disponibilizem cópias integrais, inclusive gravação de áudio e degravações, do Inquérito Administrativo n.º 2.00.000.001762/2014-26, do PIC n.º 1.15.002.00709/2013-30 e do PIC n.º 1.15.002.000643/2013.
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira (Relator Anterior: Cons. Jarbas Soares Júnior)
Origem: Ceará
Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega

Pedidos de Vista em 29/07/2015 – Continuação da 13ª Sessão Ordinária

- 11) Proposição n.º 0.00.000.001478/2013-80
Proponente: Conselheiro Luiz Moreira Gomes Júnior
Assunto: Proposta de Resolução que dispõe sobre as férias dos membros dos Ministérios Públicos da União e dos Estados.
Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza (Relator Anterior: Cons. Alexandre Berzosa Saliba)
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Cons. Antônio Pereira Duarte
Cons. Walter de Agra Júnior
- 12) Proposição n.º 0.00.000.001569/2014-04
Proponente: Conselheiro Jarbas Soares Júnior
Assunto: Proposta de Resolução que altera o § 4º do art. 2º, da Resolução CNMP n.º 23/2007.
Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza (Relator Anterior: Cons. Alexandre Berzosa Saliba)
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega

Pedido de Vista em 29/07/2015 – 14ª Sessão Ordinária

- 13) Proposição n.º 0.00.000.000659/2014-70
Proponente: Presidência do CNMP
Assunto: Proposta de Resolução que regulamenta o § 6º, do art. 5º, da Lei nº 7.347/85, disciplinando, no âmbito do Ministério Público, a tomada do compromisso de ajustamento de conduta.
Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza (Relator Anterior: Cons. Alexandre Berzosa Saliba)
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Cons. Esdras Dantas de Souza

Pedidos de Vista em 25/08/2015

- 14) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.000238/2015-20
Requerente: Moacir Guimarães Morais Filho – Subprocurador-Geral da República
Requerido: Ministério Público Federal
Assunto: Requer o controle da decisão do Conselho Superior do Ministério Público Federal, que ensejou a edição da Portaria PGR/MPF nº 505/2014, estabelecendo a composição das Câmaras de Coordenação e Revisão.
Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Walter de Agra Júnior
Cons. Otávio Brito Lopes

- 15) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.000275/2015-38
Requerente: Moacir Guimarães Morais Filho – Subprocurador-Geral da República
Requerido: Ministério Público Federal
Assunto: Requer o controle de ato do Conselho Institucional do Ministério Público Federal, no Processo n.º 1.00.000.016261/2014-08, que decidiu pela inexistência de impedimento de atuação e votação de cônjuges ou companheiros no âmbito de Órgão Colegiado.
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Cons. Otávio Brito Lopes

Pedidos de Vista em 22/09/2015

- 16) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.000334/2015-78
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado de Sergipe
Assunto: Visa apurar a efetividade do controle de residência fora da Comarca no âmbito do Ministério Público do Estado de Sergipe, inclusive em relação aos casos anteriormente observados, conforme o item 7.14 do Relatório Conclusivo de Inspeção do Ministério Público do Estado de Sergipe.
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Cons. Otavio Brito Lopes
- 17) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.000433/2015-50 (Julgamento Conjunto com os Processos n.º 0.00.000.000472/2015-57 e n.º 0.00.000.000475/2015-91)
Requerente: Juliano da Silva – Promotor de Justiça do Estado do Paraná
Requerido: Ministério Público do Estado do Paraná
Assunto: Requer a determinação para o pagamento da gratificação pelo exercício cumulativo de funções devida a membro do Ministério Público do Estado do Paraná, conforme disposto na legislação estadual.
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira (Relator Anterior: Cons. Jarbas Soares Júnior)
Origem: Paraná
Vista: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego
Cons. Otavio Brito Lopes
Cons. Fábio Bastos Stica

Pedidos de Vista em 13/10/2015

- 18) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.001658/2013-61
Requerente: Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte – SINDSEMP/RN
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte
Assunto: Requer o controle, junto ao Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte, dos servidores cedidos ou requisitados de órgãos da administração pública municipal, estadual ou federal, sem que seja para o exercício de cargo ou função de confiança, bem como a regularização do quadro de servidores, conforme as regras do art. 37, II, da CF e art. 106, da LCE nº 122/1994.
Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho
Origem: Rio Grande do Norte
Vista: Cons. Esdras Dantas de Souza
- 19) Revisão de Processo Disciplinar n.º 0.00.000.000025/2015-06 (Embargos de Declaração)
Embargante: Membro do Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Advogado: Rubimar Barreto Silveira – OAB/MT n.º 3.640
Assunto: Embargos de Declaração opostos contra decisão plenária que determinou a aplicação da penalidade de advertência a membro do Ministério Público do Estado de Mato Grosso.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: Mato Grosso
Vista: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho

Pedidos de Vista em 27/10/2015

- 20) Proposição n.º 0.00.000.000328/2012-78
Proponente: Conselheiro Adilson Gurgel de Castro
Assunto: Proposta de Resolução que dispõe sobre o Código de Ética no âmbito do Ministério Público da União e dos Estados.
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Antônio Pereira Duarte
- 21) Proposição n.º 0.00.000.001310/2013-74
Proponente: Conselheiro Walter de Agra Júnior
Assunto: Proposta de Recomendação que revoga a Recomendação CNMP nº 16, que dispõe sobre a atuação dos membros do Ministério Público como órgão interveniente no processo civil.
Relator: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega

- 22) Proposição n.º 0.00.000.000171/2014-42
Proponente: Conselheiro Esdras Dantas de Souza
Assunto: Proposta de Recomendação aos membros do Ministério Público para se absterem de adotar medidas contrárias ao entendimento do Superior Tribunal de Justiça (RESP 1.192.332/RS) que, conforme os artigos 13 e 25, da Lei n.º 8.666/93, autoriza o ente público a contratar o advogado por inexigibilidade de licitação, assegurando a inviolabilidade ao exercício profissional do advogado.
Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Gustavo do Vale Rocha
- 23) Proposição n.º 0.00.000.000704/2014-96
Proponente: Conselheiro Walter de Agra Júnior
Assunto: Proposta de Resolução que dispõe sobre a agilização dos processos de adoção e destituição do poder familiar no âmbito do Ministério Público dos Estados.
Relator: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho
- 24) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.001733/2014-75
Requerente: Ricardo Barichello Butzer
Advogados: Luciano Galvão Novaes – OAB/RJ n.º 181.650; Paulo Dóron Rehder de Araujo – OAB/SP n.º 246.516; e outros
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo
Assunto: Requer que seja desconstituída a decisão de exoneração do requerente, proferida pelo Colégio de Procuradores do Ministério Público do Estado de São Paulo, determinando-se, por consequência, o seu vitaliciamento no cargo de Promotor de Justiça do Estado de São Paulo.
Relator: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho
Origem: São Paulo
Vista: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho
- 25) Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo n.º 0.00.000.001795/2014-87
Requerente: Paulo Adriano Nunes Miranda
Requerido: Ministério Público do Estado de Goiás
Assunto: Alegação de inércia por parte do Ministério Público do Estado de Goiás, em fornecer informações quanto às providências tomadas na denúncia protocolada sob o n.º 20K00489448.
Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho
Origem: Goiás
Vista: Cons. Antônio Pereira Duarte
Cons. Otavio Brito Lopes

- 26) Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo n.º 0.00.000.000364/2015-84
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado de Goiás
Assunto: Visa apurar irregularidades por parte da 3ª Promotoria de Justiça de Águas Lindas de Goiás, na tramitação de diversos procedimentos, conforme constatado em inspeção realizada pela Corregedoria Nacional do Ministério Público nas unidades do Ministério Público do Estado de Goiás.

Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho

Pedidos de Vista em 10/11/2015

- 27) Reclamação Disciplinar n.º 0.00.000.000491/2015-83 (Recurso Interno)
Recorrente: Luiz Inácio Lula da Silva
Advogados: Cristiano Zanin Martins – OAB/SP nº 172.730; Larissa Teixeira Quattrini – OAB/SP nº 175.235; Roberto Teixeira – OAB/SP nº 22.823; Valeska Teixeira Zanin Martins – OAB/SP 153.720

Recorrido: Membro do Ministério Público Federal no Distrito Federal
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão da Corregedoria Nacional, que determinou o arquivamento de Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público Federal no Distrito Federal.

Relator: Cons. Otavio Brito Lopes
Origem: São Paulo
Vista: Cons. Sérgio Ricardo de Souza

Processos Remanescentes

Incluídos na Pauta da 12ª Sessão Ordinária (23/06/2015)

- 28) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.000543/2013-50 (Apenso: Processo n.º 0.00.000.000443/2013-23)
Requerente: Luís Antônio Camargo de Melo – Procurador-Geral do Trabalho
Requeridos: Ministério Público da União e Ministério Público dos Estados
Assunto: Requer que o Conselho Nacional do Ministério Público normatize a questão das cotas para ingresso de representantes de minorias étnico-raciais nos concursos do Ministério Público brasileiro.

Relator: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho
Origem: Distrito Federal
- 29) Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo n.º 0.00.000.001327/2014-11
Requerente: Emanuela Mesquita Ferreira Lima
Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará
Assunto: Alegação de inércia por parte do Ministério Público do Estado de Ceará em concluir o processo nº 21913/2011, que tramita na Procuradoria dos Crimes contra a Administração Pública, a qual apura perda atuarial em mais de 55 municípios do Estado do Ceará, que adotaram o regime próprio de Previdência Social.

Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza
Origem: Ceará

Incluído na Pauta da 14ª Sessão Ordinária (29/07/2015)

- 30) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.000172/2015-78 (Embargos de Declaração)
Embargante: Associação do Ministério Público do Estado da Bahia – AMPEB
Advogado: Manoel Pinto – OAB/BA n.º 11.024
Assunto: Embargos de Declaração opostos contra decisão plenária que julgou improcedente Procedimento de Controle Administrativo, no qual é requerido o controle de legalidade sobre o Ato n.º 009/2014, da Corregedoria Geral do Estado da Bahia, de modo a consignar que as obrigações e prazos que coincidam em dias de fim de semana e feriados sejam prorrogados ao primeiro dia útil seguinte.
Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho
Origem: Bahia

Incluídos na Pauta da 19ª Sessão Ordinária (13/10/2015)

- 31) Pedido de Providências n.º 0.00.000.000590/2012-12
Requerente: José Hamilton Saraiva dos Santos
Assunto: Requer a manifestação deste Conselho Nacional, no sentido de que seja expedida Recomendação ou Resolução interpretativa para esclarecer o alcance do parágrafo único do art. 15, da Resolução CNMP n.º 13/2006.
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha
Origem: Amazonas
- 32) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.000119/2014-96
Requerente: Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte
Interessado: Aldo Clemente de Araújo Filho – Presidente do SINDSEMP/RN
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte
Assunto: Requer o controle de projeto de lei que cria o "Núcleo de Apoio Volante", a ser composto por analistas e técnicos do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte, bem como que seja recomendado ao Procurador-Geral de Justiça do mencionado Estado que se abstenha de criar ou aumentar o número cargos em comissão.
Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza
Origem: Rio Grande do Norte
- 33) Pedido de Providências n.º 0.00.000.001637/2014-27
Requerente: Sindicato dos Trabalhadores e Servidores Públicos do Estado do Espírito Santo – SINDIPÚBLICOS
Requerido: Ministério Público do Estado do Espírito Santo
Assunto: Requer providências do Ministério Público do Estado do Espírito Santo em razão das alegações de diversas situações de desrespeito aos servidores daquele Órgão.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: Espírito Santo

- 34) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.001676/2014-24 (Embargos de Declaração)
Embargante: Fânia Helena Oliveira de Amorim – Promotora de Justiça/MT
Advogado: José Fábio Marques Dias Júnior – OAB/MT n.º 6.398
Assunto: Embargos de Declaração opostos contra decisão plenária que decidiu pela perda de objeto e determinou o arquivamento do feito, no qual é requerido o controle da deliberação do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Mato Grosso no processo administrativo Gedoc n.º 005054-001/2014, que anulou a sessão de julgamento ocorrida no dia 04/08/2014 e renovou o afastamento cautelar da requerente, pertinente ao processo n.º 003776-001/2014.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: Mato Grosso
- 35) Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público n.º 0.00.000.000250/2015-34 (Recurso Interno)
Recorrente: Zélia Saraiva Lima – Procuradora-Geral de Justiça do Estado do Piauí
Recorrido: Ministério Público Federal no Estado do Piauí
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão que determinou o arquivamento de Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público, na qual é requerido o acolhimento da indicação de membro do Ministério Público do Estado do Piauí, para o exercício da função eleitoral na 63ª Zona Eleitoral – Teresina, com a consequente designação pelo Procurador Regional Eleitoral da Circunscrição do mencionado Estado.
Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte
Origem: Piauí
- 36) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.000372/2015-21
Requerente: José Arturo Iunes Bobadilla Garcia – Promotor de Justiça/MS
Advogado: Andre Luiz Borges Netto – OAB/MS n.º 5.788
Requerido: Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul
Assunto: Requer a suspensão da tramitação do Processo Administrativo PGJMS/10/1380/2013, que trata de remoção compulsória, em razão de irregularidades de atos praticados no curso processo.
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha
Origem: Mato Grosso do Sul

Incluído na Pauta da 20ª Sessão Ordinária (27/10/2015)

- 37) Processo Administrativo Disciplinar n.º 0.00.000.001434/2014-31
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Maranhão
Advogados: Danielle de Sena Lourenço – OAB/MA n.º 14.630-A; Nelson Wilians Fratoni Rodrigues – OAB/MA n.º 9.348-A
Assunto: Processo Administrativo Disciplinar contra membro do Ministério Público do Estado do Maranhão.
Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 21ª Sessão Ordinária (10/11/2015)

- 38) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.000896/2012-79
Requerente: Sócrates de Souza – Procurador de Justiça do Estado do Espírito Santo
Requerido: Ministério Público do Estado do Espírito Santo
Assunto: Requer a suspensão dos efeitos da decisão proferida pelo Colégio de Procuradores de Justiça do Estado do Espírito Santo nos autos do Recurso Administrativo MPES n.º 18626/2012, interposto nos autos do Processo MPES n.º 40501/2010.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: Espírito Santo
- 39) Proposição n.º 0.00.000.001045/2013-24
Proponente: Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública
Assunto: Proposta de Resolução que regulamenta procedimentos de natureza administrativa sobre a tramitação direta do inquérito policial entre o Ministério Público e a Polícia Judiciária.
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira
Origem: Distrito Federal
- 40) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.001270/2013-61
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul
Assunto: Requer, no âmbito do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, a análise dos critérios técnicos, licitatórios e contratuais com o objetivo de concluir se houve ou não favorecimento à empresa NEXNET em contrariedade à Lei n.º 4320/64 e aos art. 82, art. 83, art. 84 § 2º, art. 90 e art. 92, da Lei n.º 8.666/93 e art. 3º, art. 10, VIII e art. 11, II e V, da Lei n.º 8429/92.
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira
Origem: Distrito Federal
- 41) Processo Administrativo Disciplinar n.º 0.00.000.001575/2013-72 (Apenso: Processo n.º 0.00.000.000032/2013-38)
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Trabalho
Advogados: Rafael da Cas Maffini – OAB/RS n.º 44.404; Maurício Rosado Xavier – OAB/RS n.º 49.780
Assunto: Processo Administrativo Disciplinar contra membro do Ministério Público do Trabalho.
Relator: Cons. Otavio Brito Lopes
Origem: Distrito Federal

- 42) Pedido de Providências nº 0.00.000220/2014-47 (Pedido de Revisão)
Requerente: Manuel João Madeira Coelho
Requerido: Ministério Público Federal no Estado de Rondônia
Assunto: Pedido de Revisão de decisão monocrática proferida em Pedido de Providências, no qual é requerido o controle da atuação do Ministério Público Federal no Estado de Rondônia, em relação à cessão de uso do Galpão II da Praça Madeira Mamoré, feita pela Prefeitura de Porto Velho ao SENAI, bem como de outros bens que compõem o acervo histórico e cultural do mencionado Município.
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira
Origem: Rondônia
- 43) Processo Administrativo Disciplinar n.º 0.00.000.000225/2014-70 (Embargos de Declaração) (Apenso: Processo n.º 0.00.000.000465/2013-93)
Embargante: Membro do Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Advogado: Willer Tomaz de Souza – OAB/DF nº 32.023
Assunto: Embargos de Declaração opostos contra decisão plenária que julgou procedente Processo Administrativo Disciplinar e determinou a aplicação da penalidade de advertência ao membro do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.
Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte
Origem: Distrito Federal
- 44) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.000516/2014-68 (Pedido de Revisão)
Requerente: Jailson Lima da Silva – Deputado Estadual/SC
Requerido: Ministério Público do Estado de Santa Catarina
Assunto: Pedido de Revisão de decisão monocrática proferida em Procedimento de Controle Administrativo, no qual é requerida a verificação de supostas irregularidades na aquisição de terreno, que possui edificação tombada pelo patrimônio histórico do Município de Florianópolis, pelo Ministério Público do Estado de Santa Catarina com dispensa de licitação.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: Santa Catarina
- 45) Revisão de Decisão do Conselho nº 0.00.000.000855/2014-44
Requerente: Adriano da Silva Roquete
Assunto: Requer a revisão da decisão do Conselho Nacional proferida no Procedimento de Controle Administrativo nº 0.00.000.000782/2013-18, que teve por objeto o desvio de função ocorrido no Ministério Público do Estado de Minas Gerais, no qual Oficiais da referida unidade ministerial estão exercendo as atribuições dos Analistas em Letras/Revisores.
Relator: Cons. Otavio Brito Lopes
Origem: Distrito Federal
- 46) Proposição n.º 0.00.000.001222/2014-53
Proponente: Conselheiro Cláudio Henrique Portela do Rego
Assunto: Proposta de Resolução que disciplina, no âmbito do Ministério Público, a instauração e tramitação da Notícia de Fato e do Procedimento Administrativo.
Relator: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho
Origem: Distrito Federal

- 47) Proposição n.º 0.00.000.001246/2014-11
Proponente: Conselheiro Alexandre Berzosa Saliba
Assunto: Proposta de Resolução que altera a Resolução CNMP n.º 09/2006, mediante retificação do parágrafo único de seu artigo 4º, bem como por meio do acréscimo da alínea "e" ao inciso III de seu artigo 6º.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: Distrito Federal
- 48) Revisão de Processo Disciplinar n.º 0.00.000.001282/2014-76 (Embargos de Declaração) (Apenso: Processo n.º 0.00.000.000417/2009-19)
Embargante: Membro do Ministério Público Federal
Advogado: Fernando Bessa Vieira – OAB/DF n.º 15.078
Assunto: Embargos de Declaração opostos contra decisão plenária que reconheceu a prescrição das faltas funcionais atribuídas ao membro do Ministério Público Federal.
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira
Origem: Distrito Federal
- 49) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.001288/2014-43 (Recurso Interno)
Recorrente: Douglas Fabiano de Melo
Recorrido: Ministério Público Militar
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão que determinou o arquivamento de Procedimento de Controle Administrativo, no qual é requerida a verificação dos critérios adotados pelo Ministério Público acerca da concessão de títulos honoríficos, sob alegação de que estariam sendo agraciadas figuras públicas sem a devida justificativa meritória, especialmente o título da Ordem do Mérito Militar.
Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho
Origem: São Paulo
- 50) Proposição n.º 0.00.000.001435/2014-85
Proponente: Conselheiro Antônio Pereira Duarte
Assunto: Proposta de Recomendação que dispõe sobre a necessidade de observância, pelos membros do Ministério Público, das normas - princípios e regras - do chamado Protocolo de Istambul, da Organização das Nações Unidas (ONU) e, bem assim, do Protocolo Brasileiro de Perícia Forense, em casos de crime de tortura.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: Distrito Federal
- 51) Revisão de Processo Disciplinar n.º 0.00.000.001610/2014-34 (Apensos: Processos n.º 0.00.000.001398/2010-81 e n.º 0.00.000.001432/2011-07)
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado do Pará
Interessado: Membro do Ministério Público do Estado do Pará
Advogado: Luís André Ferreira da Cunha – OAB/PA n.º 18.899B
Assunto: Pedido de revisão dos processos disciplinares n.º 71/2010 e n.º 73/2010 que tramitaram no Ministério Público do Estado do Pará.
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior
Origem: Distrito Federal

- 52) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.001738/2014-06 (Embargos de Declaração)
Embargante: Ministério Público do Estado do Pará
Assunto: Embargos de Declaração opostos contra decisão plenária que julgou parcialmente procedente o feito, para determinar a desconstituição do ato de nomeação de servidor comissionado, sem que se invalidem os efeitos patrimoniais.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: Pará
- 53) Reclamação Disciplinar n.º 0.00.000.000099/2015-34 (Recurso Interno)
Recorrente: Artur Sérgio de Almeida Reis
Advogado: Thiago Machado de Carvalho – OAB/DF n.º 26.973
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado de Sergipe
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão da Corregedoria Nacional, que determinou o arquivamento de Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado de Sergipe.
Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza
Origem: Sergipe
- 54) Revisão de Processo Disciplinar n.º 0.00.000.000117/2015-88 (Apenso n.º 0.00.000.000184/2014-11)
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia
Assunto: Revisão de Processo Disciplinar visando alterar a conclusão exarada no Processo Administrativo Disciplinar n.º 62771/2014, originário do Ministério Público do Estado da Bahia.
Relator: Cons. Otavio Brito Lopes
Origem: Distrito Federal
- 55) Pedido de Providências n.º 0.00.000.000305/2015-14 (Embargos de Declaração)
Embargante: Christopher Silveira Domingos
Assunto: Embargos de Declaração opostos contra decisão plenária que negou provimento ao Recurso Interno interposto contra decisão que determinou o arquivamento de Pedido de Providências, no qual é solicitada a fixação de data base para a recomposição inflacionária anual dos servidores do Ministério Público da União, por meio de ato administrativo ou de projeto de lei específica, em cumprimento a Resolução CNMP n.º 53/2010.
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza
Origem: Distrito Federal
- 56) Revisão de Processo Disciplinar n.º 0.00.000.000318/2015-85
Requerente: Carlos Eduardo Magalhães de Almeida – Corregedor-Geral do MPDFT
Requerido: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Interessado: Membro do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Advogado: Daniel Gerber – OAB/RS n.º 39.879
Assunto: Pedido de revisão do Processo Administrativo Disciplinar n.º 08190.033725/13-11, que tramitou no Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.
Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte
Origem: Distrito Federal

- 57) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.000512/2015-61 (Recurso Interno)
Recorrente: Leonardo de Carvalho Barboza
Advogados: Cíntia Lopes Barcellos – OAB/RJ n.º 106.474; Pedro Henrique Andrade Sousa – OAB/DF n.º 30.347; Thiago Costa Serra Nunes – OAB/RJ n.º 198.952-E
Recorrido: Ministério Público do Estado do Pará
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão que determinou o arquivamento de Procedimento de Controle Administrativo, no qual é requerida a suspensão do concurso público para ingresso na carreira do Ministério Público do Estado do Pará, dentre outras providências.
Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte
Origem: Rio de Janeiro
- 58) Reclamação Disciplinar n.º 0.00.000.000592/2015-54 (Recurso Interno)
Recorrente: Movimento Avivação
Advogado: Marilda Terezinha da Silva Ribeiro Fonseca – OAB/MG n.º 49.449
Recorridos: Membro do Ministério Público Federal no Estado de Minas Gerais; Membro do Ministério Público do Trabalho no Estado de Minas Gerais; Membros do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão da Corregedoria Nacional, que determinou o arquivamento de Reclamação Disciplinar instaurada contra membros do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, membro do Ministério Público Federal no Estado de Minas Gerais e membro do Ministério Público do Trabalho no Estado de Minas Gerais.
Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte
Origem: Minas Gerais

PARTE II – PROCESSOS ELETRÔNICOS

Processos com Pedidos de Vista

Pedido de Vista em 13/10/2015

- 1) Pedido de Providências n.º 1.00091/2015-40
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado de Sergipe
Objeto: Providências. Inadequação. Quadro de Servidores. 4ª Promotoria de Justiça da Curadoria da Fazenda Pública de Aracaju. Inobservância. Prazos Processuais. Ministério Público do Estado de Sergipe.
Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho
Origem: Sergipe
Vista: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego

Processos Remanescentes

- 2) Proposição n.º 1.00060/2015-52
Requerente: Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho
Objeto: Proposição. Emenda Regimental. Alteração. art. 12, § 1º do RICNMP.
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior
Origem: Distrito Federal

- 3) Reclamação para Preservação da Competência e da Autoridade das Decisões do Conselho n.º 1.00228/2015-84
Requerentes: Anísio Marinho Neto; Arly de Brito Maia e outros
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte
Objeto: Anulação e desconstituição de ato administrativo do Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte. Requer garantia do cumprimento do acordo homologado nos autos da RPA nº 0.00.000.000968/2013-69. Cessão de servidores do TJ/RN. Cargos comissionados.
Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza
Origem: Rio Grande do Norte

Incluídos na Pauta da 21ª Sessão Ordinária (10/11/2015)

- 4) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00004/2015-08
Requerente: Paulo Eduardo Bueno
Requerido: Ministério Público Federal
Objeto: Ato Administrativo. Portaria 78/1994. Portaria 217/1994. Ministério Público Federal. Conselho Superior. Procurador da República. Procurador Regional da República. Carreira. Promoção. Tempo de serviço. Renúncia. Reposicionamento.
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza
Origem: São Paulo
- 5) Representação por Inércia ou Excesso de Prazo nº 1.00010/2015-20 (Recurso Interno)
Recorrente: Ricardo de Lima Cattani
Recorrido: Ministério Público do Estado de Pernambuco
Objeto: Denúncia. Andamento. MPPE. CAOPS. Vaquejada. Maus tratos animais. Crime ambiental.
Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho
Origem: Pernambuco
- 6) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00012/2015-37
Requerente: Maria de Fatima Rodrigues T. Cordeiro
Requerido: Ministério Público do Estado do Maranhão
Objeto: Desconstituição. Ato. Ministério Público do Estado do Maranhão. Violação ao princípio do Promotor Natural. Violação a Resolução CNMP 23/2007.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: Maranhão
- 7) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00082/2015-59
Requerente: Alfredo Ricardo de Holanda Cavalcante Machado
Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará
Objeto: Recurso Administrativo nº 23317/2015-7. Colégio de Procuradores de Justiça/CE. Desconstituição de ato que deferiu designação de substituição de servidor. Indisponibilidade financeira do órgão. Suspensão liminar da decisão.
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira
Origem: Ceará

- 8) Consulta nº 1.00092/2015-01
Requerente: Alfredo Ricardo de Holanda Cavalcante Machado
Objeto: Consulta. Nepotismo. Vedação. Resolução nº 37/2009. Resolução nº 01/2005.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: Ceará
- 9) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00108/2015-50
Requerente: Paulo César dos Reis Sales
Requerido: Ministério Público do Estado do Amazonas
Objeto: Procedimento Interno nº 775565. Denúncia de interceptação telefônica clandestina. Arquivamento. Indeferimento de Recurso pelo Colégio de Procuradores de Justiça do Estado do Amazonas. Liminar.
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha
Origem: Amazonas
- 10) Pedido de Providências nº 1.00110/2015-65
Requerentes: Flavio Pereira da Costa Matias; Paulo Rubens Carvalho Marques; Roberto D'oliveira Vieira
Objeto: Ministério Público brasileiro. Propõe edição de ato normativo pelo CNMP com determinação de proibição de inauguração de obra inacabada e atribuição de nomes de pessoas vivas aos bens públicos. Sugere os moldes da Resolução CNJ 140/2011 e do PL de autoria do Deputado Sandro Alex
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: Bahia
- 11) Reclamação para Preservação da Competência e da Autoridade das Decisões do Conselho nº 1.00116/2015-97
Requerente: Elcimar Cardoso Malheiros
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia
Objeto: Procuradoria Geral de Justiça do Estado da Bahia. Descumprimento do PCA 0.00.000.001746/2013-63. Suspensão do Ato Administrativo nº 015/2015/PGJ/BA. Direito ao usufruto de licença-prêmio. Liminar.
Relator: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho
Origem: Bahia
- 12) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00120/2015-00
Requerente: Associação Paranaense do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado do Paraná
Interessados: Ana Cristina Aguilar Viana; Francisco Augusto Zardo Guedes
Objeto: Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Paraná. Pagamento de gratificação por cumulação de funções. Efeitos retroativos. Desconstituição de Ato Normativo expedido pelo Colégio de Procuradores daquele Estado.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: Paraná

- 13) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00128/2015-49
Requerente: Procuradoria Geral do Trabalho
Requerido: Ministério Público do Trabalho
Objeto: Resolução nº 121/2015. Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho. Nulidade do inciso VII, do artigo 6º. Autorização de concessão de medidas liminares/cautelares pelos Conselheiros Relatores. Ausência de atribuição do Colegiado para assegurar direitos em casos concretos. Liminar.
Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza
Origem: Distrito Federal
- 14) Reclamação para Preservação da Competência e da Autoridade das Decisões do Conselho nº 1.00188/2015-16
Requerente: Anton Klaus Matheus Morais Tavares
Requerido: Ministério Público do Estado de Tocantins
Interessado: Helio Luiz Cáceres Peres Miranda
Objeto: Cumprimento. Resolução CNMP nº 81/2012. Garantia. Nomeação do requerente. Vagas de Portadores de Necessidades Especiais. Cargo de Promotor de Justiça do Estado do Tocantins.
Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza
Origem: Tocantins
- 15) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00210/2015-09
Requerente: Weruska Rezende Fuso Prudente
Requerido: Ministério Público do Estado de Tocantins
Objeto: Suspensão de execução do ato impugnado. Provimento do recurso CPJ nº 005/2015. Exclusão do Nome da Requerente da Lista de Merecimento para a 26ª Promotoria de Justiça de Palmas. Seja mantida a Decisão do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Tocantins.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: Tocantins
- 16) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00211/2015-54
Requerentes: Abetcal Lopes Nonato; Aldo André Barros Goes; Daniel Valois Cardoso; Jairo da Cruz Gomes; Reinaldo Queiroz Marques Junior
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia
Interessado: Débora Neves da Silva
Objeto: Reconhecimento. Ilegalidade. Ato Normativo nº 019/2008. Impedimento de Desenvolvimento na Carreira. Determinação do Enquadramento dos Requerentes na CII-N3. Verbas Ressarcitórias. Ministério Público do Estado da Bahia.
Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho
Origem: Bahia
- 17) Proposição nº 1.00212/2015-08
Requerente: Antônio Pereira Duarte
Objeto: Proposta de Resolução que altera o § 3º do art. 2º da Resolução CNMP nº 56/2010, que dispõe sobre a uniformização das inspeções em estabelecimentos penais pelos membros do Ministério Público.
Relator: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho
Origem: Distrito Federal

- 18) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00219/2015-93
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado do Espírito Santo
Objeto: Ministério Público do Estado do Espírito Santo. Horário de expediente de servidores.
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha
Origem: Espírito Santo
- 19) Pedido de Providências nº 1.00227/2015-20
Requerente: Hindemburgo Rabello de Moura Junior
Requerido: Ministério Público do Estado do Pará
Objeto: Ministério público do Estado do Pará. Site da instituição. Falta de Transparência. Remuneração de membros.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: Pará
- 20) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00233/2015-50
Requerentes: Adriana Silveira Machado; Fabio Leal Cardoso; Junia Soares Nader; Vera Regina Della Pozza Reis
Requerido: Ministério Público do Trabalho
Objeto: Procuradoria Geral do Trabalho. Anulação da Decisão nos autos do IC nº 000381.2009.03.003/3. Preservação da decisão colegiada exarada pela Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público do Trabalho.
Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho
Origem: Distrito Federal
- 21) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00235/2015-68
Requerentes: Alissa Costa Viana; Guilherme Antônio Veras de Lima Santos; Helannha Francisca Nunes dos Santos; José Augusto Rebelo Sousa; Lucas Gonçalves Macedo; Luciano Moura Santos; Miciane Kelly de Sousa Rêgo; Nayaria Cristina Lima dos Santos; Paulo Henrique Alves Ferreira; Renato Luiz Araújo Bezerra; Vinicius José Barros da Silva; Wesley Sousa Ferreira
Requerido: Ministério Público do Trabalho
Objeto: Servidores do Ministério Público Federal no Estado do Piauí. Concurso de remoção do Ministério Público da União. Irregularidades na disponibilização de vagas ofertadas pela Procuradoria Regional do Trabalho – 22ª Região. Preenchimento irregular de cargos vagos por servidores da Procuradoria do Trabalho no Município de Picos/PI.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: Piauí
- 22) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00245/2015-02
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará
Assunto: Decisão exarada no PCA 339/2015-09. Ministério Público do Estado do Ceará. Irregularidade. Pagamento retroativo de gratificações a servidores.
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior
Origem: Ceará

- 23) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00260/2015-23
Requerente: Maria Clara Soares Nascimento
Requerido: Ministério Público do Estado do Amazonas
Assunto: Suspensão. Concurso Público para Ingresso na Carreira do Ministério Público do Estado do Amazonas. Irregularidades no Edital de Abertura. Itens 1, 2 e 3. Princípios da moralidade, eficiência e razoabilidade.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: Amazonas
- 24) Revisão de Decisão do Conselho nº 1.00263/2015-94
Requerente: Fernando Rodrigo Garcia Felipe
Objeto: Revisão de Decisão. Procedimento de Controle Administrativo. 0.00.000.000397/2015-24. Concurso para ingresso na carreira do Ministério Público do Estado do Paraná.
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira
Origem: Paraná
- 25) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00265/2015-00
Requerente: Paulo Celso Ramos dos Santos
Requerido: Ministério Público do Estado do Amapá
Objeto: Anulação. Eleição. Ouvidor-Geral do Ministério Público do Estado do Amapá. Igualdade de condições entre os candidatos. Realização de novo pleito.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: Amapá
- 26) Pedido de Providências nº 1.00280/2015-12
Requerente: Jose Rony Silva Almeida
Objeto: Ministério Público do Estado de Sergipe. Portaria PGJ nº 876/2015. Procedimentos relativos à contratação de solução de Tecnologia de Informação, em face do que disciplina a Resolução CNMP nº 102/2013.
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha
Origem: Sergipe
- 27) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00285/2015-90
Requerente: Fernando Affonso Collor de Mello
Requerido: Ministério Público Federal
Objeto: Conforme decisão exarada nos autos do Processo nº 0.00.000.000715/2015-57 - ITEM 4. Apuração. Irregularidades. Nomeação de servidor. Cargo em comissão. Diretor da Secretaria de Comunicação Social.
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza
Origem: Distrito Federal
- 28) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00289/2015-05
Requerente: Karina Marina da Silva Miranda
Requerido: Ministério Público Federal
Objeto: Controle. Decisão. Processo Administrativo nº 1.00.000.012340/2015-12. Secretaria Geral do Ministério Público da União. Indeferimento de pedido de licença para acompanhar cônjuge. Lotação provisória na cidade de Vitória/ES. Pedido de Liminar.
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira
Origem: Distrito Federal

29) Pedido de Providências nº 1.00295/2015-35

Requerente: Joao Edson de Souza

Requerido: Ministério Público do Estado de Tocantins

Objeto: Determinação. Procurador-Geral de Justiça do Estado de Tocantins. Respeito ao disposto no art. 115, I e § único da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Tocantins. Fixação das substituições automáticas. Promotoria de Miracema. Adequação da lista/tabela de cargos de execução em substituição para as Promotorias de Justiça de Miracema.

Relator: Cons. Walter de Agra Júnior

Origem: Tocantins

ELA WIECKO VOLKMER DE CASTILHO

Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público, em exercício